

PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2024

PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório anual da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

## Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da Provu Sociedade de Crédito S.A. ("Provu SCD"), relativas ao semestre exercício findos em 31 de dezembro de 2024, acompanhada das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

Provu Sociedade de Crédito Direto S.A., foi constituída em 1º de junho de 2021, e tem por objeto a originação de operações de crédito voltadas ao atendimento das necessidades do consumidor brasileiro na faixa etária de 18 a 70 anos, especialmente aqueles com conexão à internet e que não tem acesso ao crédito (aproximadamente 30% da população brasileira), provendo-lhes capacidade financeira para o desenvolvimento e consolidação de suas atividades. Tem como meta, propiciar maior acesso e melhor fluidez do crédito, contribuindo para a elevação do nível de concorrência no âmbito do Sistema Financeiro Nacional.

A estratégia de atuação da Provu SCD, visa promover através de ações conjuntas com a Provu Serviços de Administração e Correspondente Bancário S.A. ("Provu Corban"), orientação ao crédito empresarial e ações de marketing e publicidade, além do acesso ao crédito em condições competitivas em relação àquelas praticadas no mercado, contribuindo para a redução do *spread* bancário. Com esta política busca gerar maiores condições de sustentabilidade para os pequenos negócios.

A Provu SCD tem como objetivo otimizar as atividades de empréstimos da Provu Corban por meio de uma integração vertical de ponta a ponta, o que permitirá uma expansão mais eficiente, bem como a oferta de crédito e outros serviços financeiros para uma gama maior de consumidores. O diferencial mais relevante é o desenvolvimento de uma plataforma de empréstimo digital que possibilita a completa desburocratização na concessão do crédito, pois toda a solicitação de empréstimo e acompanhamento das etapas de processamento da operação é feita pelo interessado, por intermédio de plataforma eletrônica (Web), utilizando-se smartphones, tablets ou computadores. A automação de todo o processo, inclusive a ferramenta de aprovação de crédito, permite aumento significativo na escala dos negócios, expandindo a oferta de crédito por meio de diferentes produtos: empréstimos pessoais sem garantia, com garantia (exemplo: financiamento imobiliário), crédito consignado e crédito direto ao consumidor ofertado eletronicamente ("e- CDC") nas plataformas de e-commerce dos estabelecimentos comerciais.

Em conformidade com a regulamentação aplicável, uma estrutura de governança foi estruturada com o apoio de consultoria externa. Foi implantada uma política de segurança cibernética para garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados e sistemas da Provu SCD. Adicionalmente, a Provu SCD tem um plano de ação e resposta a incidentes, que indica as medidas a serem tomadas para manter as estruturas organizacionais e operacionais em conformidade com os princípios e diretrizes da política. Da mesma forma, mecanismos de monitoramento e controle para garantir a conformidade com os requisitos na contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem. A Provu SCD dá forte ênfase em segurança, não somente no que se refere à proteção das informações e dados dos clientes, como também garantindo a melhoria contínua e sendo capaz de combater crimes e ataques cibernéticos, e qualquer outra ameaça virtual. Em especial, asseguramos completa conformidade com os termos da Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, que trata especificamente sobre o tratamento de dados pessoais. Por fim, foi formalizado um programa de compliance que incluiu políticas e procedimentos específicos para aplicação nas atividades da Provu SCD. Procedimentos são constantemente adaptados e atualizados para atender os requisitos regulatórios brasileiros.

São Paulo, 31 de março de 2025.

A Diretoria

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
Provu Sociedade de Crédito Direto S.A.  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Provu Sociedade de Crédito S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Incerteza relacionada a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as demonstrações financeiras da Instituição findas em 31 de dezembro de 2024, que apresenta prejuízos acumulados no montante de R\$ 11.380 mil e para a nota explicativa nº 1 onde a Administração apresenta o seu plano de recuperação operacional. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 foram preparadas, no pressuposto da continuidade normal de suas atividades, e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Instituição continuar operando. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

### Ênfase

#### Transações com partes relacionadas

Chamamos atenção à nota explicativa nº 10 referentes a transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2024. Caso essas operações fossem realizadas com terceiros, as condições e os resultados poderiam ser diferentes daqueles advindos das operações com partes relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o “Relatório da Administração”.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangem o “Relatório da Administração” e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o “Relatório da Administração” e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no “Relatório da Administração”, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2025.

PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023		Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		1.414	1.561	Circulante		260	214
Caixa e Equivalente de Caixa	4	1.377	1.511	Outras obrigações	7	260	214
Disponibilidades	4.1	66	207	Fiscais e previdenciárias		2	4
Aplicações financeiras de liquidez imediata	4.2	1.311	1.304	Diversas		258	210
Instrumentos Financeiros		-	9				
Operações de Crédito	5	-	9	Patrimônio líquido	10	1.154	1.347
Empréstimos Concedidos		-	30	Capital:		1.154	1.347
(-) Provisão s/Perdas Oper. Crédito		-	(21)	De domiciliados no país		12.534	12.534
Outros créditos	6	37	41	(Prejuízos Acumulados)		(11.380)	(11.187)
Diversos		37	41			1.414	1.561
		1.414	1.561				

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

# PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

## Demonstrações dos resultados

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Segundo semestre 2024	Exercício	
			2024	2023
Receitas da intermediação financeira		55	153	588
Operações de crédito	12	(3)	73	378
Resultado de títulos e valores mobiliários		58	80	210
Despesas da intermediação financeira		2	7	(94)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		2	7	(94)
Resultado bruto da intermediação financeira		57	160	494
Outras receitas (Despesas) operacionais		96	(353)	(1.672)
Receitas de prestação de serviços		-	-	-
Despesas de pessoal	11	-	-	(1)
Outras despesas administrativas	13	(271)	(681)	(1.877)
Despesas tributárias		(4)	(4)	(23)
Despesas de provisões passivas - contingência		-	(11)	-
Provisão (Reversão) de provisões operacionais		-	-	4
Outras receitas operacionais	14	377	378	227
Outras despesas operacionais		(6)	(35)	(2)
Resultado operacional		153	(193)	(1.178)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		153	(193)	(1.178)
Lucro (Prejuízo) do semestre e exercício		153	(193)	(1.178)
Número de quotas		59.656.499	59.656.499	59.656.499
Lucro (Prejuízo) do semestre e exercício por ação		0,00	(0,00324)	(0,01975)

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

# PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

---

	Segundo	Exercício	
	semestre	2024	2023
	2024		
Resultado Líquido do semestre/exercício:	153	(193)	(1.178)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-
Resultado Abrangente do semestre/exercício:	153	(193)	(1.178)

---

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

---

## PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 1º de julho de 2024	12.534	(11.533)	1.001
Lucro líquido do semestre	-	153	153
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	<u>12.534</u>	<u>(11.380)</u>	<u>1.154</u>
Mutações no período	<u>-</u>	<u>153</u>	<u>153</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2024	12.534	(11.187)	1.347
Prejuízo do exercício	-	(193)	(193)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>12.534</u>	<u>(11.380)</u>	<u>1.154</u>
Mutações no período	<u>-</u>	<u>(193)</u>	<u>(193)</u>
Mutações no período			
Saldos em 1º de janeiro de 2023	9.000	-	9.000
Outros eventos:			
Aumento de Capital Social	4.046	-	4.046
Prejuízo do exercício	-	(1.178)	(1.178)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>13.046</u>	<u>(1.178)</u>	<u>11.868</u>
Mutações no exercício	<u>4.046</u>	<u>(1.178)</u>	<u>2.868</u>

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Segundo	Exercício	
	Semestre	2024	2023
	2024	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo ajustado do semestre e exercícios	151	(189)	(1.084)
Lucro (Prejuízo) do semestre	153	(193)	(1.178)
Ajustes:			
Contingências	-	11	-
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(2)	(7)	94
(Aumento) Redução nos subgrupos do ativos operacionais	14	20	5.912
Títulos e valores mobiliários	-	-	4.117
Relações interfinanceiras	-	-	-
Operações de crédito	4	16	83
Outros créditos	10	4	1.712
Aumento (Redução) nos subgrupos do passivos operacionais	11	35	(4.247)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros passivos	-	-	(2.196)
Outras obrigações	11	35	(2.051)
Caixa líquido proveniente das / (aplicado nas) atividades operacionais	176	(134)	581
Aumento em equivalentes de caixa	176	(134)	581
Equivalentes de caixa			
No início do período/exercício	1.201	1.511	930
No final do período/exercício	1.377	1.377	1.511
Aumento em equivalentes de caixa	176	(134)	581

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de  
dezembro de 2024 e 2023  
(Valores em milhares de Reais)

---

## 1. Contexto operacional

A Provu Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Instituição” ou “Sociedade”), fundada em 11 de março de 2020 é uma instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conforme publicado no Diário Oficial de 19 de maio de 2021, retificado pelo Banco Central do Brasil para 1º de junho de 2021 e registrada na Receita Federal do Brasil em 7 de julho de 2021, após a aprovação final do Banco Central do Brasil. A Sociedade tem sede e foro jurídico na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek nº 1.909, Torre Norte - 18º andar, Vila Olímpia.

A Sociedade tem como objetivo otimizar as atividades de empréstimos da Provu Serviços de Administração e Correspondente Bancário S.A. por meio de uma integração vertical de ponta a ponta. Ela tem por objeto social a prática de:

- (i) Empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com a utilização de recursos financeiros que tenham a origem única de seu próprio capital;
- (ii) Prestar serviços de análise e cobrança de créditos, bem como atuar como representante na distribuição de seguros relacionados às operações mencionadas no Item (i) acima; e
- (iii) A emissão de moeda eletrônica e gestão de conta de pagamento pré-paga.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.970/2021, de 01 de setembro de 2022.

A estratégia da Provu SCD SA deve ser analisada no contexto do seu grupo empresarial que é formado por outras empresas operacionais e por seus acionistas.

Referidas empresas são gerenciadas por profissionais altamente qualificados e com grande experiência na área de crédito ao consumidor. Trabalhamos com planejamento de longo prazo que busca a maximização de valor para os acionistas, sempre atentos às oportunidades e às adversidades das conjunturas econômicas do setor.

No primeiro semestre de 2023, com o aumento da inadimplência no mercado de crédito, decidimos adotar uma política de crédito mais restritiva, renunciando aos maiores volumes de concessão. Enxergamos esse momento como uma oportunidade para redução das despesas operacionais, alcançando a marca de 40% ao longo do ano.

No dia 23 de agosto de 2024, a Provu Serviços de Administração e Correspondente Bancário S.A., na qualidade de Vendedora e Holditsafe Financeira Ltda. e Vinicius Garcia Cipullo, na qualidade de Compradores, celebraram Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, referente à venda e transferência das quotas da Provu SCD Participações Ltda. e conseqüentemente a participação da Provu Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Provu SCD”) da Vendedora aos Compradores, estando ainda pendente a autorização do Banco Central do Brasil para a transferência de controle da Provu SCD.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de  
dezembro de 2024 e 2023  
(Valores em milhares de Reais)

---

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN e Conselho Monetário Nacional, e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre períodos.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Sociedade e foram aprovadas em 31 de março de 2025.

Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas Existentes I - Aplicáveis para Exercícios Futuros - Resolução CMN nº 4.966/21 e da Lei nº 14.467/2022

#### Instrumentos Financeiros:

A PROVU Sociedade de Crédito Direto não espera efeitos materiais na adoção da referida norma, que estabelece a classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, constituição de provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito e designação e reconhecimento contábil da contabilidade de hedge, pelo fato de não haver saldo de operações em 31 de dezembro de 2024.

A sua adoção será prospectiva em 1º de janeiro de 2025, com exceção da contabilidade de hedge, cuja vigência será em 1º de janeiro de 2027.

A Resolução CMN nº 4.966/21 considera os seguintes pilares:

#### 1. Classificação e mensuração de instrumentos financeiros: dois critérios devem ser considerados para determinar sua classificação:

- Modelo de negócios: determinado em um nível que reflete como os instrumentos financeiros são gerenciados para atingir um objetivo comercial específico e gerar fluxos de caixa, não dependendo da intenção da administração em relação a um instrumento individual.
- Características do fluxo de caixa contratual: são testados individualmente para validar se atendem ao critério de retorno de principal e juros. Após esta análise, os instrumentos financeiros são classificados e mensurados como: Custo Amortizado (CA), Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) ou Valor Justo por meio do Resultado (VJR). Os instrumentos financeiros mensurados ao CA e ao VJORA utilizam o método de juros efetivos para calcular a receita ou despesa de juros, considerando aspectos de materialidade dos custos de transação na originação. A Companhia não possui instrumentos financeiros em atraso que tenham componentes de juros associados.

#### 2. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: requer o uso da perda esperada associada ao risco de crédito com informações prospectivas e a segregação dos instrumentos financeiros em três estágios. Uma operação migrará de estágio à medida que o risco de crédito se deteriorar ou melhorar. A provisão em cada estágio corresponde a:

- Estágio 1 - perdas de crédito esperadas para os próximos 12 meses.
- Estágio 2 - perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro. Aplicável aos instrumentos financeiros com aumento significativo no risco de crédito desde a sua origem.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de  
dezembro de 2024 e 2023  
(Valores em milhares de Reais)

---

- Estágio 3 - perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro para ativos com problemas de recuperação de crédito (Ativos problemáticos). Nesse estágio não há reconhecimento de juros.

A Instituição, segundo suas melhores estimativas, considera que as novas classificações de instrumentos financeiros não produzem efeito em seu Patrimônio Líquido. Já a alteração do provisionamento para perda esperada associadas ao risco de crédito, não produz efeitos em seu resultado ou patrimônio líquido, uma vez que não há riscos de crédito em curso na data das demonstrações financeiras. Portanto, a adoção inicial da referida norma não produzirá efeitos nas demonstrações financeiras atuais.

Na ocorrência futura de operações com risco de crédito associado, o critério de provisionamento seguirá naturalmente pela norma vigente.

### 3. Resumo das principais práticas contábeis

#### a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata dia para as de natureza financeira. As taxas e comissões recebidas são reconhecidas durante o período de prestação de serviços.

#### b) Disponibilidade

Disponibilidades (que compreendem o caixa e as contas correntes de bancos), aplicações de curto prazo (igual ou inferior a 90 dias), com alta liquidez e com risco de mudança de valor insignificante.

#### c) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

(i) Títulos para negociação - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de  
dezembro de 2024 e 2023  
(Valores em milhares de Reais)

---

(ii) Títulos mantidos até o vencimento - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

(iii) Títulos disponíveis para venda - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

d) Instrumentos financeiros

Operações de Crédito

Referem-se a operações de empréstimos de capital de giro e de financiamentos para aquisição de bens com Cédula de Crédito Bancário e de aquisição de direitos creditórios. As operações de crédito devem ser classificadas considerando o nível de risco estabelecido pela Administração, observando os parâmetros determinados pela Resolução do CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e a classificação em nove níveis, de "AA" (risco mínimo) a "H" (risco máximo), considerando, entre outros aspectos, os níveis de atraso das operações e a análise da Administração quanto ao nível de risco. Os juros são apropriados em receitas pelo regime de competência.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA - H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos com base na análise de riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas.

Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de  
dezembro de 2024 e 2023  
(Valores em milhares de Reais)

---

A Sociedade, quando devido, reconhece a baixa para prejuízo das operações com mais de 180 dias vencidas para todas as operações de crédito realizadas.

As operações de crédito baixadas para prejuízo, quando devidas, serão mantidas durante 5 anos em conta de compensação até que todos meios possíveis de cobrança sejam realizados e forem esgotados.

A Instituição não possui operações sujeitas aos efeitos das renegociações previstas nas Resoluções nºs 4.803 e 4.855 do Conselho Monetário Nacional.

e) Provisões, ativos e passivos contingentes

A Instituição segue as diretrizes da Resolução nº 3.823/2009, do Conselho Monetário Nacional, a qual aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, sendo os principais critérios:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

f) Outros ativos e passivos circulante e não circulante

Um ativo é reconhecido quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Instituição e seu custo puder mensurado com segurança.

Os passivos são reconhecidos no balanço quando a Instituição possui obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de  
dezembro de 2024 e 2023  
(Valores em milhares de Reais)

---

Serão acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais aplicáveis, sendo classificados como circulante quando sua realização ou liquidação ocorrer nos próximos 12 meses, caso contrário serão classificados como não circulante.

g) Resultado recorrente e não recorrente

A Instituição considera como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com suas atividades típicas. Além disto, a Administração considera como não recorrentes os resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 20 sobre as bases de apuração mensal para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

4.1. Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2024 as disponibilidades estão representadas por depósitos bancários no montante de R\$ 66 (R\$ 207 em 31 de dezembro de 2023).

## PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores em milhares de Reais)

### 4.2. Aplicações financeiras de liquidez

Em 31 de dezembro de 2024 os recursos de liquidez imediata disponíveis, estão aplicados em fundo de investimento Santander Renda Fixa Referenciado DI Títulos Públicos FI, administrado pelo Santander DTVM, no montante de R\$ 1.311 (R\$ 1.304 em 31 de dezembro de 2023).

### 5. Operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 as operações de crédito estão compostas como demonstrado a seguir:

	Faixa de vencimento	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimo - crédito pessoal	Até 1 ano	-	33
Rendas a apropriar - crédito pessoal	Até 1 ano	-	(3)
		-	30
Saldos iniciais		(21)	(152)
Constituição de perda esperada associada ao risco de crédito		14	(85)
Operações baixadas para prejuízo		7	216
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		-	(21)
Total		-	9

Classificação das operações de crédito por níveis de risco em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

Classificação de risco	31/12/2024		31/12/2023	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
A	-	-	7	-
B	-	-	-	-
C	-	-	-	-
D	-	-	-	-
E	-	-	-	-
F	-	-	-	-
G	-	-	4	(3)
H	-	-	19	(18)
Total	-	-	30	(21)

As operações da Instituição, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, foram realizadas 100% com pessoa física, sem garantia e não ocorreram renegociações.

Empresa realizava operações de crédito com seus clientes, mas com a utilização de operação de cessão de créditos, sem coobrigação. Durante o exercício essas operações geraram um resultado de R\$ 181 (348, em 31 de dezembro de 2023)

PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de  
dezembro de 2024 e 2023  
(Valores em milhares de Reais)

6. Outros ativos

	31/12/2024	31/12/2023
Outros créditos - Diversos	37	41
Devedores diversos - País	6	6
Impostos e contribuições a compensar / recuperar	31	35
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>41</b>

7. Outras obrigações

	31/12/2024	31/12/2023
Fiscais e previdenciárias	2	4
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	2	3
Outros	-	1
Diversas	258	210
Comissão Provu Serviços de ADM e Correspondentes Bancários S.A.	-	18
Outros fornecedores	23	24
Contingências trabalhistas	11	-
Credores diversos - País	224	168
<b>Total</b>	<b>260</b>	<b>210</b>

8. Imposto de Renda e Contribuição social

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(193)	(1.178)
Adições (exclusões) de despesas não dedutíveis ou receitas não tributáveis	(242)	90
Base de cálculo	(435)	(1.088)
(-) Compensação de prejuízo fiscal 30%	-	-
<b>Total</b>	<b>(435)</b>	<b>(1.088)</b>
Imposto de Renda - 15%	-	-
IRPJ - 10% parcela adicional	-	-
Contribuição Social - 15% e 20%	-	-
<b>Total de despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade tinha saldos de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 11.377 (R\$ 10.943, em 31 de dezembro de 2023) e R\$ 572 referente a diferenças temporárias (R\$ 579 em 31 de dezembro de 2023), não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, uma vez que não estão atendidos os critérios para o seu reconhecimento estabelecidos na Resolução do CMN nº 4.842/2020.

## PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de  
dezembro de 2024 e 2023  
(Valores em milhares de Reais)

---

### 9. Patrimônio Líquido

#### a. Capital Social

O capital social é de R\$ 12.534 na data do balanço (R\$ 12.534 em 31 de dezembro de 2023), e está representado por 59.656.499 ações ordinárias (59.656.499 em 31 de dezembro de 2023), todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pela Provu SCD Participações Ltda., cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da assembleia geral.

#### b. Resultado por ação

O resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 totalizou um prejuízo de R\$ 193 (prejuízo de R\$ 1.178 em dezembro 2023), o qual, dividido pela média ponderada das ações no mesmo exercício, que é de 59.656.499 ações ordinárias (59.656.499 ações, em 31 de dezembro de 2023), representou um prejuízo por ação de R\$ 0,00323 (prejuízo de R\$ 0,01975 de resultado por ação em 31 de dezembro de 2023).

### 10. Transações com partes relacionadas

#### a) A Instituição possui como parte relacionada os valores conforme descrito a seguir:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante		
Provu Serviços de Adm. e Correspondentes Bancários S.A.	6	6
	<u>6</u>	<u>6</u>
Passivo circulante		
Comissões - Provu Serviços de Adm. E Correspondentes Bancários S.A (i)	-	18
Provu SCD Participações Ltda (ii)	12	12
Provu Corban (iii)	210	216
	<u>222</u>	<u>246</u>

(i) Refere-se à prestação de serviços de comissão;

(ii) Refere-se a valor de conta corrente;

(iii) Refere-se a valor de conta corrente.

PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores em milhares de Reais)

- b) A Instituição gerou lucro com cessão de operações de crédito com Prat 12 Captalys FIDC conforme descrito a seguir:

	Segundo		
	semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Resultado com FIDC			
PRAT 12 CAPTALYS FIDC (nota 12)	-	181	348
	-	181	348

11. Despesas de pessoal

	Segundo		
	Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Benefícios	-	-	(1)
	-	-	(1)

Por decisão estratégica, a diretoria optou por manter toda folha na empresa do grupo, Provu Corban.

12. Receitas da intermediação financeira

	Segundo		
	Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de operações de créditos	1	36	30
Lucros em Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-	181	348
Resultado de títulos e valores mobiliários	58	80	210
Pis	-	(2)	(4)
Cofins	(2)	(10)	(18)
Baixa para prejuízo das operações de créditos	(2)	(132)	-
	55	153	588

13. Despesas administrativas

	Segundo		
	Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com processamento de dados	(182)	(539)	(454)
Despesas de publicação	(3)	(3)	(7)
Despesas com seguros	-	-	(865)
Despesa com serviços do sistema financeiro	(1)	(3)	(275)
Despesas com serviços de terceiros	(-)	(1)	-
Despesa com serviços técnicos especializados	(85)	(134)	(202)
Outras despesas administrativas	-	(1)	(67)
	(271)	(681)	(1.870)

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores em milhares de Reais)

14. Outras despesas operacionais

	Segundo		
	Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Recuperação de encargos e despesas (a)	375	375	226
Outras Rendas Operacionais	2	3	1
	<u>377</u>	<u>378</u>	<u>227</u>

(a) No ano de 2024, a recuperação de encargos e despesa no valor de R\$ 375 é referente ao recebimento fixo de R\$ 75 firmado em acordo com o novo comprador da instituição para pagamento das despesas mensais da instituição.

15. Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

A Sociedade está sujeita a riscos de diferentes tipos e naturezas que são inerentes ao negócio. A fim de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar esses riscos, a Sociedade deve contar com uma estrutura de Gestão Integrada de Riscos compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos realizados, que está em processo de implementação e visa assegurar sua solidez e perenidade. De forma resumida, as estruturas de gerenciamento de riscos devem, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, minimizar a ocorrência de risco operacional, risco de mercado, risco de liquidez e fazer o gerenciamento de capital de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos e dos serviços oferecidos, através de área de Gestão de Riscos, com reportes a alta administração da Sociedade.

16. Outras informações

Auditoria independente

A política de atuação da Sociedade na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em:

- (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho;
- (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente;
- (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram prestados pelos auditores independentes nem por partes a eles relacionadas serviços não relacionados à auditoria externa que afetem a independência do auditor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores em milhares de Reais)

## 17. Análise de sensibilidade

A Sociedade, de forma geral, não incorre em riscos de mercado e liquidez em suas atividades, pois é uma prestadora de serviços e seus serviços são pagos (Débito em conta corrente do Cliente). Concentra seus serviços de maneira prioritária em clientes pessoa jurídica, e dessa forma, seus riscos residuais são relacionados a riscos de crédito e operacional. Desde sua entrada em operação a Sociedade não teve nenhuma perda. A Sociedade possui já implementado processo de perdas operacionais.

Conta	Valor provável de realização ativo/(passivo)	Varição em função do risco - %	Obs.
Caixa e equivalentes	1.377	-	(a)
Operação de crédito	-	98%	(b)
	<u>1.377</u>		

(a) Sem risco.

(b) Risco estimado, com provisão constituída

## 18. Contingências

A Administração não identificou montantes a serem provisionados de contingências com processos judiciais. Essa informação foi obtida com base em informações de seus assessores jurídicos e seguindo critério de reconhecimento das provisões estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37), que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: i) a entidade tiver uma obrigação presente decorrente de um evento passado; ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança.

- a.** Em relação às ações contrárias à Instituição que tenham risco de perda possível, estas não requerem provisão, e totalizam R\$ 144 de reclamações trabalhistas e R\$ 32 de reclamações cíveis. A instituição também possui uma ação trabalhista contrária, com risco de perda provável no valor de R\$ 11 provisionado no 1º semestre de 2024.

### Eventos subsequentes

No dia 26 de março de 2025, foi realizada a quitação do saldo pendente de R\$ 210 que a instituição possuía com parte relacionada, conforme detalhado na Nota Explicativa 11.

Felipe Gualberto Lemos  
Diretor

Sérgio Ferraz dos Santos  
Contador  
CRC 1SP179881/O-5